

**EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA
Nº 07/2016 PARA CONCESSÃO DE
DIREITO REAL DE USO DO BALNEÁRIO
CARLOS LARGER.**

PAULO ROBERTO BUTZGE, Prefeito Municipal de Candelária, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às 10h do dia 18 de maio de 2016, na Prefeitura Municipal de Candelária, na Av. Pereira Rego, 1665, se reunirá a Comissão de Licitações, com a finalidade de receber e julgar os documentos e as propostas dos licitantes para a Concessão de Uso da economia do Balneário Carlos Larger.

1. DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto da presente licitação a **CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DA ECONOMIA DO BALNEÁRIO CARLOS LARGER**, incluindo bar e restaurante com aproximadamente 251,26m² e todo o seu entorno com área de camping, quadra de esportes e área de churrasqueiras.

2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA:

2.1 Fica a concessionária obrigada a pagar as taxas de água e luz da estrutura do restaurante, que inclui a área da cabana, e, enquanto perdurar a presente concessão as taxas de água e luz da área da cabana, incluindo a área do bar e restaurante, deverão estar em nome do concessionário.

2.1.1 O pagamento das taxas (luz e água) deverá ser comprovado ao concedente, mensalmente até o último dia útil do mês em que se deu o vencimento das contas. Essa comprovação deverá ser realizada junto à Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte, sob pena de, caso não cumprida esta condição, ser aplicada penalidade e rescisão contratual.

2.2 A concessionária também será responsável pela limpeza e conservação da estrutura do bar/restaurante, seu entorno, e da área com sombra situada ao lado da quadra de esportes.

2.3 Manter preços dos produtos e serviços compatíveis aos praticados nesta cidade;

2.4 Em eventos organizados pela municipalidade, mesmo em parceria com empresas ou entidades, a concessionária deverá repassar aos organizadores um percentual mínimo de 10% (dez por cento) dos lucros de copa e cozinha;

2.5 Responsabilizar-se pela remuneração e pagamento dos encargos sociais dos funcionários contratados;

2.6 Respeitar os níveis de tolerância de som estabelecidos pela municipalidade nas promoções realizadas no balneário durante o horário noturno, além de evitar excessos de qualquer natureza. O desrespeito a estas normas sujeitará a concessionária às penalidades previstas e até a ruptura do contrato.

2.7 Oferecer os produtos com preços não superiores ao praticados na cidade;

2.8 Fazer a limpeza e manutenção dos sanitários existentes, mantendo o estado de conservação de acordo com o entregue, bem como equipá-los com papel higiênico e papel toalha;

2.9 Fazer a conservação e manutenção do entorno imediato ao complexo do restaurante;

2.10 A equipar o restaurante com no mínimo:

- 1 (um) freezer para mantimentos e 2 (dois) para bebidas, bem como uma geladeira de médio porte;
- louças, talheres e copos de boa qualidade em quantidade suficiente para atender a demanda;
- possuir fogão de no mínimo 6 (seis) bocas, com coifa metálica para devida exaustão dos vapores quando do preparo dos alimentos;
- as mesas e cadeiras do restaurante e das varandas deverão ser de boa qualidade;
- as mesas e cadeiras (no mínimo quatro por mesa) que ficarão na parte interna do restaurante deverão ser de madeira. Nas áreas externas do restaurante, o concessionário deverá colocar no mínimo, doze mesas e vinte e quatro cadeiras que poderão ser metálicas ou plásticas;

2.11 Vender sorvetes e picolés, pelo menos durante o período de alta temporada;

2.12 Manter as mesas limpas e conservadas;

2.13 Responsabilizar-se pela área concedida e suas benfeitorias, sendo que quando houver ações de vandalismo, a Brigada Militar deverá ser imediatamente comunicada;

2.14 Responsabilizar-se pela remuneração e pagamento dos encargos sociais dos funcionários contratados;

2.15 Em caso de término ou rescisão do presente contrato, obriga-se a concessionária a desocupar imediatamente o imóvel objeto deste contrato, entregando o local nas mesmas condições em que o recebeu, independentemente de aviso prévio judicial ou extrajudicial.

3. DOS DIREITOS DA CONCESSIONÁRIA:

3.1 Ocupar para sua moradia e de sua família as dependências do objeto desta concessão;

3.2 Promover, com fins lucrativos próprios, jantares e outros eventos sociais, recreativos ou esportivos previamente informados à municipalidade.

3.3 Cobrar taxas para uso de camping e da quadra de areia, observando valores compatíveis ao mercado.

3.4 Locar as dependências do restaurante para festas, jantares e afins mediante pagamento de taxa, estipulada pela concessionária, observados os valores praticados no Município.

4. DOS DIREITOS DA CONCEDENTE:

4.1 No caso de eventos especiais promovidos no balneário Carlos Larger, pela municipalidade ou em parceria com entidade ou empresa, poderá a concedente, mediante prévio acordo com a concessionária, prestar auxílio quanto ao material e mão-de-obra para a infra-estrutura, limpeza e embelezamento do local.

4.2 A concedente poderá rescindir o presente contrato a qualquer tempo no caso de descumprimento pela concessionária de qualquer cláusula contratual.

4.3 Todos os melhoramentos e benfeitorias realizadas pela concessionária no imóvel objeto desta concessão, serão incorporados ao patrimônio público municipal, sem direito a indenização.

4.4 É assegurado à municipalidade, através de seus representantes, o direito de fiscalização sobre o cumprimento dos deveres da concessionária.

4.5 Quando do início das atividades no restaurante e demais dependências do balneário, o Município designará servidor para fazer a vistoria do local, bem como do equipamentos exigidos para o pleno funcionamento do restaurante.

4.6 Realizar durante todo o prazo da presente concessão, vistorias mensais sem aviso prévio.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

5.1 Realizar a limpeza e conservação do restante do balneário;

6. DAS VEDAÇÕES:

6.1 Fica expressamente vedada a utilização do imóvel objeto da presente concessão de uso para atividades amorais, político-partidárias ou religiosas.

7. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

7.1 Os documentos necessários à habilitação e as propostas serão recebidas pela Comissão de Licitação no dia, hora e local mencionados no preâmbulo, em 02 (dois) envelopes distintos, fechados e identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que sugere-se a seguinte inscrição:

**AO MUNICÍPIO DE CANDELARIA
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 07/16
ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)**

AO MUNICÍPIO DE CANDELARIA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 07/16
ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

7.2 Cada envelope deverá conter a documentação e as informações necessárias ao regular processamento e julgamento da presente licitação, pertinentes a fase de habilitação.

8. DA HABILITAÇÃO:

8.1. Para a habilitação o licitante deverá apresentar no envelope nº 01:

8.1.1 CAPACIDADE JURÍDICA:

8.1.1.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e sua última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.1.1.2 Registro Comercial, no caso de empresa individual;

8.1.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

8.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.1.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes no Estado ou do Município, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto da licitação;

8.1.2.3 Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, sendo a última do domicílio ou sede do licitante.

8.1.2.4 Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

8.1.2.5 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – Lei nº 12.440/2011).

8.1.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

8.1.3.1 Certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial, expedida nos últimos 90 dias pelo distribuidor da sede da licitante.

8.1.3.2 Balanço patrimonial já exigível e apresentado na forma da Lei, com a indicação do nº do Livro Diário, número de registro no órgão competente e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

a) é vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.

b) licitantes que utilizam a escrituração contábil digital - ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de envio, no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil.

8.1.4 OUTROS DOCUMENTOS:

8.1.4.1 Declaração sob as penas da lei, expedida pela empresa participante, de que a mesma não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, de acordo com o que dispõe o Decreto nº 4358, de 05/09/02, conforme modelo em anexo.

8.1.4.2 Declaração sob as penas da lei, expedida pela empresa participante, de que a empresa não foi considerada inidônea para contratar com a administração pública.

8.1.4.3 –Declaração que de atende o disposto no art. 9º da Lei 8.666/93.

8.2. Os documentos constantes dos itens 8.1.1 a 8.1.3 poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião ou por funcionário do Município ou publicação em órgão de imprensa oficial. Sendo que os documentos do item 8.1.2 poderão, ainda, serem extraídos de sistemas informatizados, mediante uso da tecnologia da certificação digital, ficando sujeitos a verificação de sua autenticidade pela Administração.

8.3. Se o proponente se fizer representar, deverá juntar procuração outorgando poderes ao representante para decidir a respeito dos atos constantes da presente licitação.

9. DA PROPOSTA:

O envelope nº 02 deverá conter:

a) Proposta financeira, rubricadas em todas as páginas e assinada na última, pelo representante legal da empresa, mencionando o preço base da concessão de uso da copa que deverá ser de no mínimo R\$ 3.000,00 (três mil reais) no primeiro ano, devendo esse valor ser pago na assinatura do contrato no caixa da Prefeitura Municipal.

b) No caso de prorrogação, o preço para os anos seguintes será atualizado pelo IGPM, devendo o valor ser pago sempre na data da renovação do contrato.

c) As propostas deverão obedecer, rigorosamente, os termos deste edital, não sendo consideradas as propostas que oferecerem serviços diferentes ou que fizerem referência à proposta de outro proponente.

d) Não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços e alterações, nas condições estabelecidas, uma vez abertas as propostas.

10. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE:

10.1. Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital, bem como com valores abaixo do mínimo estipulado no item 7 - letra "a" do edital.

11. DO JULGAMENTO:

11.1. Esta licitação é do tipo *melhor oferta* e o julgamento será realizado pela Comissão de Licitação, levando em consideração o maior valor ofertado.

12. CRITÉRIO DE DESEMPATE:

12.1. No caso de empate terão como critério de desempate o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

13. DOS RECURSOS:

13.1. Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

13.2. O prazo para interposição de recursos relativos às decisões da Comissão de Licitação, relativa ao julgamento da habilitação e da proposta, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão objeto do recurso.

13.2.1. Os recursos, que serão dirigidos à autoridade superior, deverão ser protocolados, dentro do prazo legal, no Setor de Protocolo durante o horário de expediente, 8h às 11h:30m e das 13h:30m as 17h.

13.3. Havendo a interposição tempestiva de recurso, os demais licitantes serão comunicados para que, querendo, apresentem contrarrazões, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.4. Não serão aceitos recursos ou contrarrazões apresentados fora do prazo.

13.5. Decorrido o prazo para a apresentação das razões e contrarrazões de recurso, a Comissão de Licitação poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los ao Prefeito, acompanhado dos autos da licitação, do relatório dos fatos objeto do recurso e das razões da sua decisão.

13.6. A decisão do Prefeito, a ser proferida nos 5 (cinco) dias úteis subseqüentes ao recebimento do relatório e das razões de decidir da Comissão de Licitações, é irrecorrível.

14. DOS PRAZOS:

14.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 5 (cinco) dias, convocará o vencedor para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 12.3 desse edital;

14.2. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso **14.3.** Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados pelo critério previsto neste edital, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 1% (um) do valor do contrato.

14.3. O prazo do contrato será de 12 (dez) meses, contados da assinatura podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite legal.

15. DAS PENALIDADES:

15.1. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso do pagamento relativo ao uso do bem objeto desta concessão, limitado esta a 10 (dez) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;

15.2. Multa de 5% (cinco por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos;

15.3. Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos.

Observação: As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

16.1. Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei nº 8.666/93.

16.2. Em nenhuma hipótese serão aceitos quaisquer documentos ou propostas fora do prazo e local estabelecidos neste edital.

16.3. Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.

16.4. Só terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão Julgadora.

Observação: Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (art. 109, inciso I, *a* e *b*, da Lei nº 8.666-93).

16.5. Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos a habilitação, não serão admitidos à licitação os participantes retardatários.

16.6. Do contrato a ser assinado com o vencedor da presente licitação constarão as cláusulas necessárias previstas no art. 55, e a possibilidade de rescisão do contrato, na forma determinada nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93.

16.7. Constituem anexos e fazem parte integrante deste edital: I - minuta do contrato;

Informações serão prestadas aos interessados no horário das 8 h à 11:30 e das 13:30 às 17h, na Prefeitura Municipal de Candelária, sito na Av. Pereira Rego, nº 1665 ou pelo fone 51- 3743-8106. O edital encontra-se no site do município, www.candelaria.rs.gov.br.

Candelária, 07 de abril de 2016.

PAULO ROBERTO BUTZGE
Prefeito Municipal

Este Edital de Concorrência nº 07/2016
foi revisado em ____/____/_____, e está de acordo com a legislação,
ressalvado quanto ao objeto, uma vez que este exame desborda
da análise jurídica .

**DANA BETINA CEZAR
ELLWANGER MULLER**
Procuradora Geral do Município
Município
OAB/RS Nº 43.926
OAB/RS Nº 86.371

TANAELA
Sub-Procuradora do

CONTRATO Nº/.....
CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BEM PÚBLICO

(MINUTA)

Contrato de Concessão de Direito Real de Uso da Economia do Balneário Carlos Larger, que celebram entre si, o **Município de Candelária** e a, com base na Lei nº 8.666/93 e conforme Edital de Licitação na Modalidade Concorrência nº 07/2016.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Pereira Rego, 1665, CNPJ Nº 87.568.911/0001-06, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, **Sr. PAULO ROBERTO BUTZGE**, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Candelária, doravante denominado **CONCEDENTE** e, de outro lado,, CNPJ Nº, estabelecida na Rua, em - RS, neste ato representada pelo Sr., residente e domiciliada na, doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**, diante da Licitação tornada a efeito na modalidade de Concorrência Pública 07/2016, têm por justo e acordado o presente Contrato de Concessão, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O Município de Candelária, na qualidade de Concedente, faz concessão à, Concessionária para **CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DA ECONOMIA DO BALNEÁRIO CARLOS LARGER**, incluindo bar e restaurante com aproximadamente 251,26m² e todo o seu entorno com área de camping, quadra de esportes e área de churrasqueiras.

CLÁUSULA SEGUNDA - O prazo da presente concessão será de 12 (dez) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério do Executivo Municipal.

Parágrafo Primeiro: A Concessionária deverá pagar o valor de R\$ (.....), a título de remuneração pelo uso do bem público, que será recolhido diretamente no caixa da Prefeitura Municipal quando da assinatura deste contrato.

Parágrafo Segundo: No caso de prorrogação, o preço para os anos seguintes será atualizado pelo IGPM, devendo o valor ser pago sempre na data da renovação do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - São obrigações da Concessionária:

a) Fica a concessionária obrigada a pagar as taxas de água e luz da estrutura do restaurante, que inclui a área da cabana, e, enquanto perdurar a presente concessão as taxas de água e luz da área da cabana, incluindo a área do bar e restaurante, deverão estar em nome da concessionária.

a.1) O pagamento das taxas (luz e água) deverá ser comprovado à concedente, mensalmente até o último dia útil do mês em que se deu o vencimento das contas. Essa comprovação deverá ser realizada junto à Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte, sob pena de, caso não cumprida esta condição, ser aplicada de penalidade e rescisão contratual.

b) A concessionária também será responsável pela limpeza e conservação da estrutura do bar/restaurante, seu entorno, e da área com sombra situada ao lado da quadra de esportes.

c) Manter preços dos produtos e serviços compatíveis aos praticados nesta cidade;

d) Em eventos organizados pela municipalidade, mesmo em parceria com empresas ou entidades, a concessionária deverá repassar aos organizadores um percentual mínimo de 10% (dez por cento) dos lucros de copa e cozinha;

e) Responsabilizar-se pela remuneração e pagamento dos encargos sociais dos funcionários contratados;

f) Respeitar os níveis de tolerância de som estabelecidos pela municipalidade nas promoções realizadas no balneário durante o horário noturno, além de evitar excessos de qualquer natureza. O desrespeito a estas normas sujeitará a concessionária às penalidades previstas e até a ruptura do contrato.

g) Oferecer os produtos com preços não superiores ao praticados na cidade;

h) Fazer a limpeza e manutenção dos sanitários existentes, mantendo o estado de conservação de acordo com o entregue, bem como equipá-los com papel higiênico e papel toalha;

i) Fazer a conservação e manutenção do entorno imediato ao complexo do restaurante;

j) A equipar o restaurante com no mínimo:

- 1 (um) freezer para mantimentos e 2 (dois) para bebidas, bem como uma geladeira de médio porte;
- louças, talheres e copos de boa qualidade em quantidade suficiente para atender a demanda;
- possuir fogão de no mínimo 6 (seis) bocas, com coifa metálica para devida exaustão dos vapores quando do preparo dos alimentos;
- as mesas e cadeiras do restaurante e das varandas deverão ser de boa qualidade;
- as mesas e cadeiras (no mínimo quatro por mesa) que ficarão na parte interna do restaurante deverão ser de madeira. Nas áreas externas do restaurante, o concessionário deverá colocar no mínimo, doze mesas e vinte e quatro cadeiras que poderão ser metálicas ou plásticas;

k) Vender sorvetes e picolés, pelo menos durante o período de alta temporada;

l) Manter as mesas limpas e conservadas;

m) Responsalizar-se pela área concedida e suas benfeitorias, sendo que quando houver ações de vandalismo, a Brigada Militar deverá ser imediatamente comunicada;

n) Responsabilizar-se pela remuneração e pagamento dos encargos sociais dos funcionários contratados;

o) Em caso de término ou rescisão do presente contrato, obriga-se a concessionária a desocupar imediatamente o imóvel objeto deste contrato, entregando o local nas mesmas condições em que o recebeu, independentemente de aviso prévio judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA QUARTA - São direitos da concessionária:

a) Ocupar para sua moradia e de sua família as dependências do objeto desta concessão;

b) Promover, com fins lucrativos próprios, jantares e outros eventos sociais, recreativos ou esportivos previamente informados à municipalidade.

c) Cobrar taxas para uso de camping e da quadra de areia, observando valores compatíveis ao mercado.

d) Locar as dependências do restaurante para festas, jantares e afins mediante pagamento de taxa, estipulada pela concessionária, observados os valores praticados no Município.

CLÁUSULA QUINTA - São direitos da concedente:

a) No caso de eventos especiais promovidos no balneário Carlos Larger, pela municipalidade ou em parceria com entidade ou empresa, poderá a concedente,

mediante prévio acordo com a concessionária, prestar auxílio quanto ao material e mão-de-obra para a infra-estrutura, limpeza e embelezamento do local.

b) A concedente poderá rescindir o presente contrato a qualquer tempo no caso de descumprimento pela concessionária de qualquer cláusula contratual.

c) Todos os melhoramentos e benfeitorias realizadas pela concessionária no imóvel objeto desta concessão, serão incorporados ao patrimônio público municipal, sem direito a indenização.

d) É assegurado à municipalidade, através de seus representantes, o direito de fiscalização sobre o cumprimento dos deveres da concessionária.

e) Quando do início das atividades no restaurante e demais dependências do balneário, o Município designará servidor para fazer a vistoria do local, bem como do equipamentos exigidos para o pleno funcionamento do restaurante. 4.8 f) Realizar durante todo o prazo da presente concessão, vistorias mensais sem aviso prévio.

CLÁUSULA SEXTA – É obrigação do Concedente, realizar a limpeza e conservação do restante do balneário;

CLÁUSULA SÉTIMA - É assegurado ao Prefeito Municipal ou pessoa por ele designada, o direito de fiscalização dos deveres da Concessionária, bem como, do pessoal e serviços contratados.

CLÁUSULA OITAVA - É expressamente vedada a utilização do imóvel objeto da presente concessão de uso para atividades amorais, político-partidárias ou religiosas.

CLÁUSULA NONA - Todos os melhoramentos, cuja execução se propuser a realizar a ora Concessionária, que necessitem de obra de construção dependerão de ajuste prévio entre as partes contratantes com correspondente autorização expressa do Concedente.

CLÁUSULA DÉCIMA - Em caso de término do presente contrato sem renovação, ou ser rescindido, obriga-se a Concessionária a desocupar imediatamente o imóvel objeto desse contrato, entregando ao Concedente nas mesmas condições em que recebeu, independente de aviso prévio Judicial ou extra judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O Concedente poderá considerar rescindido o presente contrato independente de seu término, no caso de descumprimento pela Concessionária de qualquer cláusula contratual conforme disposto no art. 79, inciso I, e art. 80, ambos da lei nº 8.666/93 sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas na forma do art. 87 e seus incisos da mesma lei.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - Todos os melhoramentos e benfeitorias realizadas pela Concessionária no imóvel, objeto desta concessão, serão incorporados ao patrimônio Público Municipal, sem direito a indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Finda a presente concessão, e em havendo nova Concorrência, fica estabelecido que nem o Concedente, nem o novo ecônomo ficarão obrigados a adquirir os bens (utensílios, móveis e eletrodomésticos) pertencentes a atual Concessionária, salvo acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Em caso de inadimplemento parcial ou total do presente contrato pela Contratada, demonstrado pelo descumprimento do objeto, lhe será(o) aplicada(s), sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, do ressarcimento de eventuais perdas e danos, e da responsabilidade criminal, a multa no montante de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O não cumprimento de qualquer uma das cláusulas estabelecidas neste contrato importará na sua rescisão, conforme estabelece os artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, com a respectiva aplicação das sanções administrativas previstas na Lei 8.666/93, quais sejam:

Parágrafo Primeiro: Multa equivalente a 5% (cinco por cento) por dia de atraso do pagamento relativo ao uso do bem objeto desta concessão, limitado esta a 10 (dez) dias de atraso, após o qual será considerado inexecução contratual.

Parágrafo Segundo: Multa equivalente a 5% (cinco por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, sobre o valor remanescente, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Terceiro: Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Quarto: As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Fica eleito o Foro de Candelária, para dirimir quaisquer questões referentes ao presente Contrato.

E por estarem certos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma juntamente com as testemunhas abaixo.

Candelária, 2016

PAULO ROBERTO BUTZGE
PREFEITO MUNICIPAL

.....
CONCESSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:
NOME:
RG:
ASS.:

NOME:
RG:
ASS.: